

Maurílio fez acordo com Ulysses

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) afirmou ontem, que não apresentaria ao plenário a resolução que concede à Constituinte poderes para alterar o texto constitucional antes da aprovação das normas provisórias. Explicou que para isso foi firmado um acordo com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que lhe garantiu a apreciação da proposta depois de votado o regulamento provisório da Constituinte.

"Quando elaborei a proposta sabia que estava abordando um tema polêmico e era justamente esse o meu objetivo", declarou Maurílio Ferreira Lima. Para ele, no entanto, a repercussão que os próprios constituintes deram à matéria não reflete a realidade. "Fizeram uma tempestade em um copo d'água", comentou.

O deputado pernambucano declarou que desde o mês de dezembro do ano passado está articulando a proposta no meio político. Para ele, a grande discussão que surgiu no plenário da Câmara anteontem "não reflete as posições políticas que foram observadas neste período", acrescentando que a idéia de se dar autonomia ampla para a Assembléia

estava sendo bem recebida pelos políticos.

Golpe

"Não estou propondo um golpe branco como muitos afirmam. Os parlamentares têm que perceber que a Constituinte é um poder político supremo, que pode revisar o texto constitucional". Ferreira Lima acredita que a polêmica que foi criada em torno de sua proposta é originária de divergências em relação aos detalhes da resolução, acrescentando que na essência "existe uma certa unanimidade".

Afirmou que não existe uma maneira de identificar os grupos de apoio a uma proposta, "já que estão em todos os partidos". Reconhece, no entanto, que as maiores forças de oposição se encontram no PL e no PTB, que se manifestaram, imediatamente, alegando inconstitucionalidade na resolução. "O PL teve uma postura absurda ao consultar o Supremo Tribunal Federal, fazendo com que o Judiciário interfira no poder absoluto do País".

A apresentação da proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima não agradou aos grupos que estavam articulando, de outra forma, a concessão de plenos poderes à Assembléia.